

GOVERNANÇA ELETRÔNICA: UM ESTUDO IDENTIFICANDO OS PRINCIPAIS CONSTRUCTOS

ELECTRONIC GOVERNANCE: A STUDY IDENTIFYING THE MAIN CONSTRUCTS

Sergio Moacir Fabriz¹; Geysler Rogis Flor Bertolini²; Gilmar Ribeiro de Mello³

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
sergiomoacirfabriz@gmail.com

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
geysler_rogis@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
gilmarribeirodemello@gmail.com

Resumo

Neste estudo buscou-se identificar os principais constructos desenvolvidos nas Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, que envolvem o tema sobre a governança eletrônica no Brasil. Realizou-se uma pesquisa descritiva, do tipo revisão integrativa norteado pela pergunta: Quais os principais constructos desenvolvidos nos produtos dos mestrados e doutorados que compõem os estudos sobre governança eletrônica no Brasil? O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados dos periódicos da CAPES e IBICT, por meio do termo governança eletrônica nas teses e dissertações publicados no período de 2000 até 2015. O estudo foi dividido em quatro etapas: seleção da pergunta norteadora para a elaboração da revisão integrativa; definição dos critérios de inclusão e exclusão nas bases bibliográficas; apresentação dos resultados: relacionar as publicações encontradas, definição das informações a serem extraídas das publicações encontradas; e conclusão. Constatou-se no estudo a publicação de 02 teses e 13 dissertações no período, com um aumento considerável a partir de 2010. A maioria dos estudos foram qualitativos com o emprego de entrevistas, porém, houve um número considerável de estudos com métodos mistos. Como resultados, emergiu diversos constructos que envolvem a governança eletrônica, destaque para a interação entre o governo e o cidadão, accountability, transparência, participação cidadã, democracia, mecanismos de serviços, tecnologias de informação, redução dos custos de transação, redução da assimetria informacional, mecanismos de serviços e informações com qualidade. Conclui-se que o tema foi pouco explorado no Brasil, com isso, há possibilidade ampliar as pesquisas em diversas áreas e segmentos conforme sugeres os estudos anteriores.

Palavras-chaves: Governança eletrônica, Tecnologias de Informação, Transparência.

Abstract

This study aimed to identify the main constructs developed in the Thesis and Dissertations of Stricto Sensu Graduate Programs, which involve the theme on electronic governance in Brazil. A

descriptive research was carried out, such as an integrative review guided by the question: What are the main constructs developed in the products of the masters and doctorates that make up the studies on electronic governance in Brazil? The bibliographic survey was carried out in the CAPES and IBICT journals database, using the term electronic governance in theses and dissertations published between 2000 and 2015. The study was divided into four stages: selection of the guiding question for the elaboration of the Integrative review; Definition of the inclusion and exclusion criteria in the bibliographic bases; Presentation of the results: to relate the publications found, definition of the information to be extracted from the publications found; And conclusion. The study included the publication of 02 theses and 13 dissertations in the period, with a considerable increase from 2010. Most of the studies were qualitative with the use of interviews, however, there were a considerable number of studies with mixed methods. As results, several constructs involving electronic governance emerged, highlighting the interaction between government and citizen, accountability, transparency, citizen participation, democracy, service mechanisms, information technologies, reduction of transaction costs, reduction of informational asymmetry, Quality service and information mechanisms. It is concluded that the subject was little explored in Brazil, with this, it is possible to expand the research in several areas and segments as suggested by previous studies.

Key-words: Electronic Governance, Information Technologies, Transparency.

1. Introdução

O estudo de governança eletrônica no Brasil iniciou-se a partir dos anos 2000 com a avanço da internet (MELLO, 2009). Em 2002 a Lei complementar nº 101 de 04 de maio, implementou as normas de finanças públicas voltadas a gestão fiscal, e no artigo 48 estabeleceu os instrumentos de transparência na gestão fiscal, com ampla divulgação inclusive por meios eletrônicos. Em 2009, por meio da Lei nº 131, de 27 de maio, acrescentou alguns dispositivos a Lei complementar nº 101/2002, no que tange a liberação ampla de informações a sociedade em tempo real em meios eletrônicos. No ano 2011 a Lei de informação nº 12.527, de 18 de novembro, regulamentou o acesso da informação e os procedimentos a serem observados pelos órgãos da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

O conhecimento, a globalização e as tecnologias de informação e comunicação tem um papel fundamental para os novos estilos de governança eletrônica, com acessos rápidos e fáceis (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005). Neste sentido, Mello (2009) construiu uma plataforma teórica para identificar as práticas de governança de eletrônica, e ainda, apresentaram índices de mensuração e monitoramento do desenvolvimento de governança eletrônica dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.

A partir do exposto, a pergunta de pesquisa deste estudo fica assim definida: **Quais os principais constructos desenvolvidos nos produtos dos mestrados e doutorados que compõem os estudos sobre governança eletrônica no Brasil?** E, por objetivo geral, tem-se: Identificar os principais estudos de governança eletrônica no Brasil por meio de uma pesquisa bibliográfica,

efetuar uma revisão integrativa, identificando os principais constructos que envolvem a governança eletrônica no Brasil, no período de 2000 até 2015.

2. Governança Eletrônica

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelos governantes públicos, com destaque no que se refere ao uso da internet, proporcionou a abertura de um significativo canal de comunicação com a população. Nessa conjuntura, o conceito de governança eletrônica utiliza as TICs no âmbito da administração pública, ou seja, nas atividades do governo (ZAGO e MELLO, 2016).

Conforme Okot-Uma (2000), a governança eletrônica pode ser percebida como Democracia eletrônica, Governo Eletrônico e Negócio Eletrônico. Indicando que ainda não existe um consenso sobre o conceito de governança eletrônica. Ainda segundo o autor, a Governança eletrônica envolve novos estilos de liderança, novas formas de debater e decidir estratégias, novas formas de acesso aos serviços, novas formas de fazer negócios, novas formas de acesso à educação, novas maneiras de ouvir os cidadãos e as comunidades, bem como novas práticas de formação e organização e por fim requer investimento em tecnologia da informação.

Backus (2001) conceitua e-governança como “a aplicação de meios eletrônicos: (1) na interação entre governo e cidadãos e governo e empresas, assim como (2) nas operações internas do governo para simplificar e incrementar aspectos democráticos, governamentais e de negócios relacionados à Governança”. Pessi (2003) entende-se por governança eletrônica, o relacionamento entre o governo, cidadãos, setor privado e o terceiro setor através de meios eletrônicos visando ao desenvolvimento das comunidades.

Rossel e Finger (2007) para o desenvolvimento da governança eletrônica, é necessário explorar as novas configurações e questões de conhecimento que emergirem de pressões como a globalização, a competitividade econômica, a evolução do estado e o desenvolvimento da informação e tecnologias de comunicação (TICs). Esse processo co-evolutivo vai muito além da mera extensão da ação governamental e atores não-estatais.

Celso, Silva e Coelho (2012) a Governança Eletrônica deve prover à sociedade condições de participação efetiva, em um processo político inclusivo, sendo precursor de um consentimento público bem-informado e uma base cada vez mais ampla para a legitimação dos governos.

3. Metodologia

Com esta pesquisa procura-se identificar os principais estudos derivados dos programas de pós-graduação sobre o tema de governança eletrônica no Brasil. Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica descritiva. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como revisão das etnografias publicadas, posto que, segundo Creswell (2010), procura levantar toda a bibliografia publicada sobre o tema de forma separada, onde serão constituídos resumos integrativos de revisões teóricas ou metodológicas.

Este estudo foi composto em quatro etapas: seleção da pergunta norteadora para a elaboração da revisão integrativa; definição dos critérios de inclusão e exclusão nas bases bibliográficas; apresentação dos resultados: relacionar das publicações encontradas, definição das informações a serem extraídas das publicações encontradas; e conclusão.

A primeira etapa, para direcionar o estudo, foi definida a seguinte pergunta norteadora: Quais os principais constructos desenvolvidos nos produtos dos mestrados e doutorados que compõem os estudos sobre governança eletrônica no Brasil?

A segunda etapa, foi estabelecido os critérios de inclusão e exclusão, portanto os critérios de inclusão foram as teses e dissertações publicados no Brasil no período de 2000 a 2015 na base de dados da CAPES e IBICT, com a utilização do termo governança eletrônica. E ainda, os critérios de exclusão foram não contemplar o tema proposto. O levantamento da bibliografia ocorreu no mês de abril de 2016, com a identificação de 4 teses e 14 dissertações no período.

Foram descartados uma dissertação e duas teses. A dissertação de Aita (2013) e a tese de Cruz (2014) foram categorizados na área de governança, porém, não abordaram o tema no transcorrer do estudo, E ainda, o trabalho de Carneiro (2014), não está disponível para consulta, inviabilizando análise.

A terceira etapa, na apresentação dos resultados, as bibliografias encontradas foram organizadas em uma planilha de acordo com tipo de trabalho apresentado, as datas das publicações. Também foi definido as informações a serem extraídas das publicações encontradas, a partir das palavras chaves extraídas dos trabalhos levantados, nesta etapa, os resultados foram apresentados e interpretados a partir do delineamento da pesquisa, demonstrando os aspectos conceituais sobre governança eletrônica, a caracterização dos estudos e as formas principais de análise e coleta de dados. No processo de análise de dados da pesquisa foi empregado o *software* Atlas/Ti para identificar os principais constructos sobre a governança eletrônica.

E na última etapa constituiu o fechamento do trabalho com a identificação dos principais constructos sobre o tema e as sugestões de estudos futuros.

4. Apresentação e análise dos resultados

Esta seção engloba quatro tópicos principais: os principais estudos sobre o tema; os conceitos abordados; a caracterização das pesquisas, principais resultados e sugestões dos estudos.

4.1 Principais estudos sobre a governança

Nesta seção será apresentado os principais estudos das teses e dissertações sobre o tema de governança eletrônica no período de 2000 a 2015.

Na tabela 1, trabalhos publicados no período, é possível verificar que há poucas publicações sobre o tema, a maioria dos trabalhos publicados foram as dissertações que representam 87% das publicações, também foram identificadas apenas duas teses publicadas.

Tabela 1 – Trabalhos publicados no período

| Tipo de Publicações | Número de Publicações | Percentual |
|---------------------|-----------------------|------------|
| Dissertações | 13 | 87% |
| Teses | 2 | 13% |
| Total | 15 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa

Após a demonstração dos trabalhos apresentados no Brasil, faz-se necessário apresentar na tabela 2, os trabalhos publicados no período por ano, para verificar a evolução das publicados sobre o tema. Pode-se observar que a primeira publicação ocorreu em 2003 e tiveram um avanço após a expansão da internet no Brasil. As duas teses sobre o tema foram apresentadas em 2009, sendo propulsoras para novos estudos; e com a promulgação da lei da informação nº 12.527, em novembro de 2011, foi possível evidenciar um decréscimo nas publicações nos últimos três anos.

Tabela 2 – Trabalhos publicados no período por ano

| Ano das publicações | Número de Publicações | Percentual |
|---------------------|-----------------------|------------|
| 2003 | 1 | 6,67% |
| 2004 | 1 | 6,67% |
| 2005 | 1 | 6,67% |
| 2007 | 1 | 6,67% |
| 2008 | 3 | 20,00% |
| 2009 | 2 | 13,33% |
| 2010 | 2 | 13,33% |
| 2011 | 1 | 6,67% |
| 2012 | 2 | 13,33% |
| 2014 | 1 | 6,67% |
| Total | 15 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Conceituação sobre a governança eletrônica

Nesta seção foram analisados os trabalhos para identificar os conceitos e objetivos abordados sobre a governança eletrônica, afim de construir alguns constructos para estudos posteriores.

O primeiro estudo sobre o tema foi de Pessi (2003), que buscou avaliar como o Estado relacionava-se com a população por meio da internet. No que tange a governança eletrônica, a autora destacou o relacionamento entre o governo, o cidadão, o setor privado e o terceiro setor. Estes novos conceitos têm possibilitado novos padrões e práticas comunicativas, principalmente em relação a democracia, gestão do Estado e o exercício da cidadania. E ainda, apresenta a transparência administrativa, a eficiência e a participação política.

Medeiros (2004) estudou, na sua dissertação, a institucionalização do governo eletrônico no Brasil, descrevendo uma seção sobre a governança eletrônica. Nesta seção o autor apresentou diversos estudos e conceitos sobre o tema, como: a melhora do estado de governar por meio da internet, interação entre governo e cidadão, introdução de aspectos democráticos, transformação de mecanismos de serviços em mecanismos políticos, e ainda, apresenta a tomada de decisão depende da informação disponível, com qualidade, de forma tempestiva.

Silva (2005) observou em sua dissertação que a governança eletrônica assegura o acesso e participação dos cidadãos de forma individual ou coletiva nas redes governamentais, proporcionando uma interface democrática. A autora apresentou um estudo com cinco estágios do governo eletrônico: informatização, comunicação de duas vias, transação, integração e participação.

Santos (2007) estudou, na sua dissertação, o processo de administração estratégica na superintendência de governança eletrônica na secretaria de Estado de planejamento de Minas Gerais no projeto choque de gestão, sobre a governança o autor abordou a *accountability* como essencial para as boas práticas de governança.

Chama (2008) analisou, na sua dissertação, o comitê gestor de internet, apresentando a importância da internet e a tecnologia para a uma nova configuração da sociedade, que geram informações e demandas de forma instantânea. Este estudo abordou a governança eletrônica, como a gestão da internet, descrevendo quatro pontos fundamentais: a internet e a sociedade global; a internet e o indivíduo; a internet no mundo e no Brasil. Esta abordagem da governança eletrônica diverge dos demais estudos.

Magalhães (2008) estudou aplicação das tecnologias da informação e da comunicação TICs, na gestão pública, descrevendo a importância das tecnologias de informação para oferecer serviços aos cidadãos, *accountability*, e a democracia para governança eletrônica.

Zurra (2008) propôs verificar se o Poder Legislativo estadual no Brasil tem utilizado a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e sobre o tema de governança, apresentou autores que descreveram a relação do governo, cidadão e sociedade, e ainda, a criação de serviços para tornar mais acessível à população, promovendo a inclusão social.

Mello (2009), em sua tese, identificou os principais objetivos, para construir as tendências teóricas para a governança eletrônica na gestão pública. Os objetivos são: minimizar problemas de agência; reduzir assimetria informacional; minimizar problemas relacionado aos comportamentos dos gestores públicos; redução dos custos de transação; maior transparência; *accountability*, eficiência nos processos internos. O autor também descreve que esses objetivos contribuem para maior participação cidadã.

Laia (2009) teve como objetivo de análise na sua tese, o Governo eletrônico, mas foi possível extrair em alguns capítulos tributos sobre governança eletrônica, descreveu que as políticas de governança eletrônica buscam preencher uma lacuna entre o atendimento do cidadão e a melhoria da eficiência e eficácia do serviço público, com movimentos de transparência e *accountability*.

Farias (2010) no seu estudo sobre as contratações públicas no cenário de governança pela internet: o pregão eletrônico na UFPE, apontou que as tecnologias de informação são importantes para criar um novo ambiente de governança eletrônica, proporcionando maior agilidade, transparência e *accountability*.

Em sua dissertação, Miranda (2010) buscou nas iniciativas de democracia que utilizam internet para criar espaços de participação cidadã e os processos decisórios do governo. Antunes (2011) estudou a maturidade do alinhamento estratégico entre o plano plurianual e os órgãos de controle: um estudo de caso no ministério público da união.

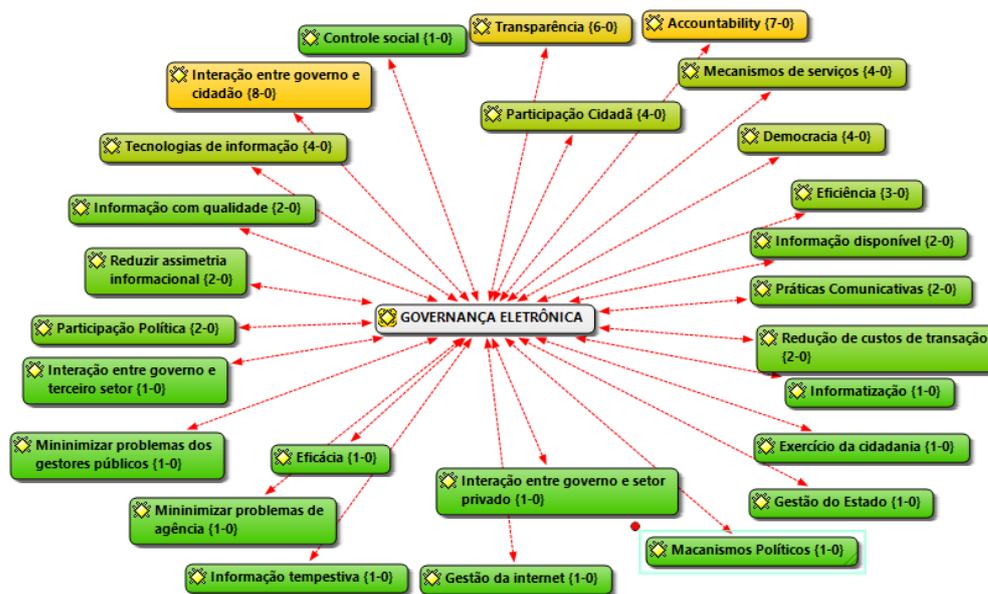
Matheus (2012) tratou a governança eletrônica, na sua dissertação, como uma resposta do Estado para a melhoria da comunicação e articulação entre governo e a sociedade, promovendo um maior controle social, governança diminui os custos de transação e assimetria informação, *accountability* e a transparência dos governos. E ainda destaca que estes conceitos ajudam a criar instituições fortes e respeitadas.

Pereira (2012), apresentou sua dissertação com o objetivo de analisar a percepção dos gestores de negócio e tecnologia de informação e comunicação na implementação de práticas de governança eletrônica. A autora descreveu estudos que indicam que a governança eletrônica engloba as tecnologias de informação nos processos governamentais para a melhoria dos serviços

prestados aos cidadãos. Além disso, apresenta aspectos como *accountability*, foco no cidadão, integração transversal e transparência, integrantes da governança. E ainda, Souza (2014) buscou avaliar os índices de governança eletrônica e de divulgação de informação contábil pública dos municípios brasileiros, onde também destacou as tecnologias de informação como um elemento principal para articular o governo e a sociedade, destacando a participação cidadã, liberdade de manifestação da sociedade.

Após a análise das teses e dissertações agrupou-se os constructos para auxiliar a identificação e sua relação com o tema de governança eletrônica. Com auxílio do software *Atlas Ti*, foi desenvolvida a figura 1, principais constructos de governança eletrônica, sendo possível verificar que a governança eletrônica está fundamentada e relacionada com diversos constructos, tendo como destaque a interação entre o governo e o cidadão, *accountability*, transparência, participação cidadã, democracia, mecanismos de serviços, tecnologias de informação, redução dos custos de transação, redução da assimetria informacional, mecanismos de serviços e informações com qualidade.

Figura 1 – Constructos sobre governança eletrônica



Fonte: dados da pesquisa

4.3 Teorias de base

Um componente importante da revisão da literatura nos estudos acadêmicos e científicos é a determinação de uma teoria de base, para que os autores possam explorá-las. Nas pesquisas quantitativas são comuns os autores utilizarem uma seção para apresentar as teorias, para aferir

testes sobre uma lente teórica (CRESWELL, 2010). O mesmo autor descreve que os estudos qualitativos a teoria aparece para definir o que precisa ser observado por meio de questões indagadas nas etnografias.

Conforme descrito por Creswell (2010) para melhor desenvolvimento dos trabalhos científicos precisam ser fundamentos por meio de uma teoria de base, para fortalecer a fundamentação teórica. Neste sentido, a tabela 03, teorias de base, demonstra que poucos autores utilizaram deste mecanismo, pois foram identificados apenas cinco teorias, em seis trabalhos.

Tabela 3 – Teorias de base

| Objetivos | Autores |
|--------------------------------|---|
| Teoria da agência | Mello (2009); Souza (2014). |
| Teoria da escolha Pública | Mello (2009); Souza (2014). |
| Teoria dos custos de transação | Mello (2009). |
| Teoria institucional | Medeiros (2004); Laia (2009); Pereira (2012). |
| Teoria Neo-intitucionalista | Farias (2010) |

Fonte: dados da pesquisa

As teorias da agência e da escolha pública foram identificadas em dois trabalhos, a teoria dos custos de transação e a neo-institucional foi descrito em apenas 1 trabalho, já a teoria institucional foi identificada em três trabalhos, os quais trataram da institucionalização do governo eletrônico e gestão de tecnologias da informação.

Não utilizaram teoria de base para fundamentar seus estudos: Pessi (2003); Silva (2005); Santos (2007); Chama (2008); Magalhães (2008); Zurra (2008); e Matheus (2012). Isso demonstra que há necessidade de ampliar as discussões sobre os procedimentos fundamentação teórica nos trabalhos dos programas *stricto sensu*, principalmente quanto ao tema de governança eletrônica.

4.4 Aspectos metodológicos das pesquisas

Nesta seção apresenta-se os aspectos metodológicos das teses e dissertações do período, que segundo Creswell (2010) é importante esta decisão para fazer sentido a ordem, apresentação e análise dos temas

Tabela 4 – Objetivo das pesquisas

| Objetivo das pesquisas | Teses | Dissertação | Total | (%) |
|-------------------------------|--------------|--------------------|--------------|------------|
| Hipotética dedutível | 1 | 2 | 3 | 20% |
| Exploratória | 0 | 6 | 6 | 40% |
| Empírica descritiva | 1 | 3 | 4 | 27% |
| Não apresentaram | 0 | 2 | 2 | 13% |
| Total | 2 | 13 | 15 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 4, verificar-se que a pesquisa exploratória foi adotada em 40% dos trabalhos, seguido da pesquisa descritiva com 27% e apenas 20% da pesquisa hipotética dedutível. Portanto, não há como afirmar a predominância de um método.

Quanto ao tipo das pesquisas é possível identificar três formas: pesquisa quantitativa; qualitativa; e métodos mistos. A pesquisa quantitativa visa testar teorias objetivas, examinando a sua relação entre as variáveis do estudo, utilizando de meios estatísticos. Já a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado de indivíduos ou grupos que estão envolvidos com problemas sociais ou humanos. E ainda, a pesquisa de métodos mistos, envolve a combinação das formas quantitativas e qualitativas (CRESWELL, 2010).

Na tabela 5 é possível identificar que a maioria dos estudos sobre o tema governança eletrônica foi elaborado de forma qualitativa, seguido do método misto, ou seja, a pesquisa qualitativa foi utilizada em 80% dos trabalhos, demonstrando uma forte tendência para os estudos futuros.

Tabela 5 – Tipo das pesquisas

| Tipo de pesquisa | Teses | Dissertação | Total | Percentual |
|----------------------------|--------------|--------------------|--------------|-------------------|
| Quantitativa | 0 | 1 | 1 | 6,67% |
| Qualitativa | 0 | 7 | 7 | 46,67% |
| Quantitativa e Qualitativa | 2 | 3 | 5 | 33,33% |
| Não apresentou | 0 | 2 | 2 | 13,33% |
| Total | 2 | 13 | 15 | 87% |

Fonte: dados da pesquisa

Para a coleta dos dados os autores utilizaram várias formas, mostrando que os estudos sobre a governança podem ser efetuados por meio de diversas formas, com uma tendência para informações disponíveis nas websites.

Tabela 6 – Coleta dos dados

| Fonte dos dados | Teses | Dissertação | Total |
|---------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Websites | 1 | 7 | 8 |
| Estudo de Caso | 1 | 2 | 3 |
| Estudo de casos múltiplos | 1 | 0 | 1 |
| <i>Survey</i> | 0 | 1 | 1 |
| Documental | 0 | 1 | 1 |
| Não apresentou | 0 | 1 | 1 |
| Total | 3 | 12 | 15 |

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 7, instrumentos de coleta de dados, é possível verificar que a maioria dos estudos utilizou o método de entrevistas, correspondendo com os resultados da Tabela 5, onde a maioria dos estudos é qualitativo. Pois, segundo Creswell (2010), uma forma de coletar os dados qualitativos é por meio de entrevistas.

Tabela 7 –Instrumentos de coleta de dados

| Instrumentos | Teses | Dissertação | Total |
|-----------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Entrevistas | 0 | 5 | 5 |
| Entrevistas e questionários | 1 | 0 | 1 |
| Questionário | 1 | 4 | 5 |
| Não apresentou | 0 | 4 | 4 |
| Total | 2 | 13 | 15 |

Fonte: dados da pesquisa

Todas as pesquisas necessitam de uma análise de dados adequada para buscar responder aos objetivos do estudo, neste sentido Creswell (2010) descreve que existem métodos específicos de análise para cada tipo de pesquisa, dependendo da amostra e dos dados coletados.

Na Tabela 8, técnica de análise dos dados, apresenta-se seis tipos distintos para análise dos dados, porém, a predominância encontrada foi a técnica de análise de conteúdo, devido que a maioria dos estudos encontrados foram qualitativos e consequentemente utilizaram de entrevistas semiestruturadas.

Tabela 8 – Técnicas de análise de dados

| Tipo de análise | Teses | Dissertação | Total |
|-----------------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Análise discriminante | 0 | 1 | 1 |
| Análise Fatorial | 1 | 0 | 1 |
| Análise de conteúdo | 1 | 8 | 9 |
| Correlação de Pearson | 0 | 1 | 1 |
| Estatística descritiva | 0 | 4 | 4 |
| Modelagem de equações estruturais | 2 | 0 | 2 |

Fonte: dados da pesquisa

Os estudos de Pessi (2003), Silva (2005) e Chama (2008); não apresentaram um capítulo específico para demonstrar os procedimentos metodológicos adotados, dificultando a análise dos trabalhos.

4.5 Sugestões para estudos futuros

Nesta seção será apresentada as sugestões dos autores para estudos futuros com o intuito ampliar lacunas de pesquisa.

Ramos (2004) sugeriu empregar a estrutura de análise da sua dissertação para investigar casos de e-gov estaduais ou mesmo fazer estudos sobre a relação institucional do programa de governo eletrônico federal com aqueles implementados pelos estados e municípios; usar o caso do Programa de Governo Eletrônico federal para analisar sua relação com mudança, inovação e aprendizagem em organizações públicas; Zurra (2008) propôs uma avaliação para os legislativos de outras esferas, e a comparação do nível de transparência dos legislativos brasileiros e de outros países.

Mello (2009) apresentou quatro sugestões: a primeira replicar o estudo anualmente para acompanhar a evolução e possíveis benefícios da governança eletrônica nos Estados Brasileiros e o Distrito Federal. Segundo, buscar novos estudos sobre a implantação de novas práticas de governança eletrônica. Terceiro, efetuar estudos sobre a implantação do IGEB nos municípios brasileiros. E quarto, estudos sobre aplicação do IGEB no terceiro setor.

Farias (2010) sugeriu instituir a avaliar os processos licitatórios de forma permanente e seus os fluxos, essas sugestões são voltadas ao governo eletrônico. Matheus (2012) propôs novos estudos com mais profundidade para o reconhecimento de suas metodologias e procedimentos internos e consultas públicas *online* no legislativo federal. Identificar de que forma a sociedade apropria-se desta ferramenta de participação eletrônica. E ainda, Ampliação dos estudos em relação aos aspectos técnicos das ferramentas democráticas. Souza (2014) recomendou outras pesquisas sobre as causas que impossibilitam a implantação da governança eletrônica.

Os autores Pessi (2003); Silva (2005); Santos (2007); Chama (2008); Laia (2009); Miranda (2010); Antunes (2011); Aita (2013); não apresentaram sugestões para estudos futuros.

5 Considerações finais

Este trabalho objetivou, por meio de uma pesquisa bibliográfica, efetuar uma revisão integrativa, identificando os principais constructos que envolvem a governança eletrônica no Brasil, no período de 2000 até 2015.

Após implementar a busca nas bases de dados, foi definido os critérios e inclusão e exclusão, identificando na pesquisa a existência de 4 teses e 14 dissertações no período relacionadas ao tema de governança eletrônica, sendo descartado 02 teses e 1 dissertação, com um decréscimo nos últimos anos. Quanto ao tipo de estudo, a maioria foi qualitativo, com o emprego de entrevistas, seguido de um número considerável de estudos com métodos mistos, e ainda, foi identificado apenas dois estudos quantitativos.

Quanto às análises utilizadas nos trabalhos foram: análise de discriminante, análise fatorial, correlação de Pearson, estatística descritiva, equações estruturais e análise de conteúdo, esta última sendo utilizada em nove trabalhos, devido aos tipos das pesquisas e a forma de coleta dos dados.

Como resultados, emergiu diversos constructos que envolvem a governança eletrônica, destaque para a interação entre o governo e o cidadão, transparência, *accountability*, participação cidadã, democracia, redução dos custos de transação, redução da assimetria informacional, mecanismos de serviços e informações com qualidade.

Conclui-se que o tema foi pouco explorado no Brasil, com isso, há possibilidade de ampliar as pesquisas em diversas áreas e segmentos, conforme sugerem os estudos anteriores.

O estudo não procurou estabelecer um padrão de constructos, nem sugerir como os únicos sobre o tema governança eletrônica, mas somente levantar os principais constructos para direcionar os estudos sobre o tema. Para futuros estudos, sugere-se a pesquisa com outras bases de dados nacionais e internacionais, em artigos e dissertações para ampliar os constructos.

Referências

AITA, B. H. **A cadeia produtiva da indústria de semicondutores: um estudo exploratório**. Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ANTUNES, M. C. **Maturidade do alinhamento estratégico entre o plano plurianual e os órgãos de controle: um estudo de caso no ministério público da união**. Brasília, Brasil: Universidade de Brasília, 2011.

BACKUS, M.. **E-governance in Developing Countries**. IICD Research Brief, 1(3). 2001.

BRASIL. **Lei complementar nº 101**. 04 de Maio de 2002. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei nº 131**. 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de

informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

_____. **Lei nº 12.527**. 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências

CHAMA, D. C. **O comitê gestor da internet no brasil: gestão, segurança e comunicação**. Bauru, Brasil: Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUIMARÃES, T. D. A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos ebape.br**, dez. 2005. v. 3, n. 4, p. 01–18.

FARIAS, R. A. de. **Contratações públicas no cenário de governança pela internet: o pregão eletrônico na UFPE**. Recife, Brasil: Universidade de Pernambuco, 2010.

LAIA, M. M. **Políticas de governo eletrônico em estados da federação brasileira: uma contribuição para a análise segundo a perspectiva neoinstitucional**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MAGALHÃES, D. M. B. **A aplicação das tecnologias da informação e da comunicação TICs, na gestão pública: um estudo sobre o governo eletrônico por meio dos sítios (websites) oficiais dos Estados do Brasil**. Belo Horizonte, Brasil: Fundação João Pinheiro, 2008.

MATHEUS, R. **Uso das tecnologias de informação e comunicação para a promoção da participação cidadã: estudo de caso da consulta pública online da lei das lan houses no legislativo**. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2012.

MEDEIROS, P. H. R. **Governo eletrônico no brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança**. Brasil: Universidade de Brasília, 2004.

MELLO, G. R. de. **Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MELLO, G.; SLOMSKI, V. Electronic governance index of brazilian states (2009): within the executive branch. **Jistem journal of information systems and technology management**, 30 ago. 2010. v. 7, n. 2, p. 375–408. Disponível em: <<http://www.jistem.fea.usp.br/index.php/jistem/article/view/10.4301%2FS1807-17752010000200007>>.

MIRANDA, P. R. De M. **Elementos habilitadores e inibidores da implementação de espaços virtuais de participação pelos governos**. Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

OKOT-UMA, R. W. O., & LONDON, C. S.. **Electronic governance: re-inventing good governance**. London: Commonwealth Secretariat. 2000.

PEREIRA, B. V. **Implementação de práticas de governança eletrônica sob perspectiva institucional: uma análise da governança de ti em uma instituição pública**. Porto Alegre, Brasil: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

PESSI, P. **E-op uma nova prática comunicativa do orçamento participativo de porto alegre**. Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SILVA, A. B. **Multimídia e conectividade entre os conselhos de saúde: a plenária virtual permanente**. Rio de Janeiro, Brasil: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2005.

SANTOS, L. L. DOS. **O processo de administração estratégica na superintendência de governança eletrônica na secretaria de estado de planejamento de minas gerais no projeto choque de gestão.** Viçosa, Brasil: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

SOUZA, J. V. DE. **Práticas de governança eletrônica: um estudo nos portais dos municípios mais populosos do brasil.** Natal, Brasil: Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

ZAGO, C.; MELLO, G. R. Governança Corporativa Eletrônica e Desempenho Econômico e Financeiro das Empresas Listadas no Índice Bovespa. **Revista Organizações em Contexto-online**, 12(23), 419-453. 2016.

Recebido: 02/12/2016

Aprovado: 03/07/2017